



# SERRA DA MESA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Prezados Acionistas,

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

#### 1) A COMPANHIA

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	679,86
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/ acessadas:	5

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita:** O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 157.518.796 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e noventa e seis reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 161.474.727 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	4,03	3,77
• Liquidez corrente	6,23	9,00
• Relação patrimônio líquido/ativo	75,19%	73,45%
• Relação passivo não circulante/ativo	17,65%	21,69%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	9,80%	11,41%
• Relação lucro operacional/patr. líquido	10,76%	16,48%
Ativos totais - R\$	746.865.914	690.219.464
Lucro líquido do exercício - R\$	55.005.191	57.818.921

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança. Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios. O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvéria Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade. **Gestão de Riscos:** Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnico e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos. **Ética, Transparência e Compliance** - Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em

integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA). Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pilulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho. A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovam a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

A Administração

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	218.751.168	107.760.378	Fornecedores - terceiros	24	4.669.248	1.968.695
Concessionárias e permissionárias	6	19.509.936	21.141.336	Fornecedores - partes relacionadas		1.083.321	1.251.326
Contas a receber - partes relacionadas	24	4.253.843	3.151.407	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	29.090.846	15.350.834
Estoques	8	4.107.554	4.618.661	Outros impostos a pagar	12	2.977.613	2.127.773
Adiantamento a fornecedores		656.819	109.081	Taxas regulamentares	13	9.123.919	8.157.948
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	621.565	7.380.423	Dividendos propostos	17	395.077	-
Outros impostos a recuperar	7	4.685.881	2.258.636	Obrigações sociais e trabalhistas	14	6.124.832	4.733.375
Ativo de contrato	9	75.463.457	152.107.035			<b>53.464.856</b>	<b>33.589.951</b>
Outros ativos circulantes	10	4.833.108	3.833.330	<b>Passivo não circulante</b>			
		<b>332.883.331</b>	<b>302.360.287</b>	Outras contas a pagar com partes relacionadas	24	-	13.704
<b>Ativo não circulante</b>				Outras provisões - compensação ambiental		2.761.680	4.072.607
Ativo de contrato	9	401.873.705	374.972.070	Provisão para contingências	15	9.080.530	6.889.743
Outros ativos não circulantes	11	9.027.417	9.725.121	Impostos diferidos	16	120.008.007	138.712.732
Imobilizado		2.218.906	2.693.656			<b>131.850.217</b>	<b>149.688.786</b>
Intangível		862.555	468.330	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
		<b>413.982.583</b>	<b>387.859.177</b>	Capital social		520.358.824	520.358.824
<b>Total do ativo</b>		<b>746.865.914</b>	<b>690.219.464</b>	Reserva legal		2.079.355	-
				Reserva de lucros		39.112.662	-
				Prejuízo acumulado		-	(13.418.097)
						<b>561.550.841</b>	<b>506.940.727</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>746.865.914</b>	<b>690.219.464</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>274.500.000</b>	-	-	-	<b>(71.237.018)</b>	<b>203.262.982</b>
Aumento de capital (nota explicativa 17)	245.858.824	-	-	-	-	245.858.824
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	57.818.921	57.818.921
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>520.358.824</b>	-	-	-	<b>(13.418.097)</b>	<b>506.940.727</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.005.191	55.005.191
Constituição de reserva legal (nota explicativa 17)	-	2.079.355	-	-	(2.079.355)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 17)	-	-	-	-	(395.077)	(395.077)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 17)	-	-	-	39.112.662	(39.112.662)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>520.358.824</b>	<b>2.079.355</b>	<b>39.112.662</b>	-	-	<b>561.550.841</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2008 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziânia, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 314 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziânia-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 110 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais. (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziânia-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 67 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziânia, Paracatu IV e Samambaia. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.932/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-033 - SE Luziânia - novo banco de reatores de barra 500kV. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 12.266/22, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 13.312/23, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2022-078 - Reforço na SE Paracatu 4 - instalação do 3º TR 500/138 kV, 3x100 MVA, conexões, e IB 500kV. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início

da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000.000 (setenta milhões) para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 149.242.343 (cento e quarenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil e trezentos e quarenta e três reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 161.474.727 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 157.518.796 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e noventa e seis reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	105.272.117	103.594.552
Custo da construção e operação	19	(39.650.910)	(20.130.760)
<b>Lucro bruto</b>		<b>65.621.207</b>	<b>83.463.792</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(11.221.715)	(4.965.747)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	21	6.031.386	5.046.270
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>60.430.878</b>	<b>83.544.315</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>22</b>	<b>18.652.119</b>	<b>(9.229.661)</b>
Receita financeira		18.422.230	44.729.862
Despesa financeira		229.889	(53.959.523)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>79.082.997</b>	<b>74.314.654</b>
IRPJ e CSLL correntes	23	(38.027.274)	(19.641.738)
IRPJ e CSLL diferidos	23	13.949.468	3.146.005
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>55.005.191</b>	<b>57.818.921</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	55.005.191	57.818.921
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>55.005.191</b>	<b>57.818.921</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>79.082.997</b>	<b>74.314.654</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		-	11.980.275
Depreciação e amortização		855.504	727.634
Provisão para perda de crédito esperada	6	933.094	(39.441)
Provisão para contingências	15	2.190.787	6.397.138
Provisão para compensação ambiental		(1.310.927)	(126.128)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		698.306	(1.164.739)
Contas a receber - partes relacionadas		(1.102.436)	21.361
Ativo de contrato	9	49.741.943	54.972.565
Estoques		511.107	(62.826)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.758.858	(7.378.459)
Outros impostos a recuperar		(2.427.245)	(958.335)
Adiantamentos a fornecedores		(547.738)	497.251
Outros ativos		(302.074)	(7.709.753)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e partes relacionadas		2.518.844	898.459
Tributos e contribuições sociais		9.155.000	20.097.915
Taxas regulamentares		965.971	(942.323)
Outros passivos		1.391.455	(4.076.588)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>149.113.446</b>	<b>147.448.660</b>
Compensação ambiental		-	(1.855.889)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.029.745)	(31.907.719)
Outros impostos pagos		(14.317.933)	(14.584.743)
Juros pagos		-	(6.377.147)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>111.765.768</b>	<b>92.723.162</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			



# SERRA DA MESA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **3.5 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.6 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seus resultados registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.7 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.8 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.9 Impostos: Impostos incidentes sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. Imposto sobre

a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes. A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.10 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.12 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.14 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.15 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR : é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (j) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.16 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

#### 4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** - (alteração do CPC 26 (R1)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **(b) Definição de Política Contábil de "estimativas contábeis"** - (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. **(c) Divulgações de Políticas Contábeis** - (alterações aos CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos

Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere à inclusão da definição de "políticas contábeis" e à substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelando a materialidade de seus saldos e sua razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. **(d) Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. **(e) Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts - (alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	866
Bancos	448.486	1.457.207
Aplicações financeiras (i)	218.302.682	106.302.305
	<b>218.751.168</b>	<b>107.760.378</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa média de 103,98% do CDI no exercício de 2022 e de 104,21% do CDI em 2021. A variação refere-se à sobre de caixa aplicada em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação) e além disso, no exercício de 2022 não tivemos o evento de quitação de principal e juros de empréstimo com a SGID.

#### 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	18.641.849	19.690.356
Vencidas até 30 dias	21.711	15.321
Vencidas até 60 dias	5.223	278.539
Vencidas até 90 dias	12.884	5.559
Vencidas há mais de 90 dias	1.796.215	1.186.413
	20.477.882	21.176.188
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(967.946)	(34.852)
	<b>19.509.936</b>	<b>21.141.336</b>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(34.852)	(74.293)
Reversão	11.759	39.441
Adição (i)	(944.853)	-
<b>Saldo final</b>	<b>(967.946)</b>	<b>(34.852)</b>

(i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturê de junho/2022 ainda não recebidos.

#### 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ a recuperar	484	484
CSLL a recuperar	1.566	1.566
IRPJ saldo negativo (i)	446.376	4.754.771
CSLL saldo negativo (i)	173.139	2.623.602
	<b>621.565</b>	<b>7.380.423</b>

#### Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a recuperar	2.054.405	2.232.092
IRRF retido de clientes	116.892	-
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	2.419.052	-
Outros impostos a recuperar	95.532	26.544
	<b>4.685.881</b>	<b>2.258.636</b>

(i) Variação refere-se à utilização dos créditos de saldos negativos durante o exercício de 2022. (ii) Variação refere-se a não utilização dos créditos de IRRF sobre aplicação financeira no exercício de 2022. Os créditos são utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

#### 8. ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	4.107.554	4.618.661
	<b>4.107.554</b>	<b>4.618.661</b>

(i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

#### 9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	75.463.457	152.107.035
Não circulante	401.873.705	374.972.070
	<b>477.337.162</b>	<b>527.079.105</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	582.051.670
Receita de construção (i)	1.851.763
Receita de O&M (ii)	28.924.156
Receita de remuneração (iii)	86.064.625
Recebimentos (iv)	(171.813.109)
Imobilizado em curso	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>527.079.105</b>
Circulante	152.107.035
Não circulante	374.972.070
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>527.079.105</b>
Receita de construção (i)	23.993.247
Receita de O&M (ii)	30.369.234
Receita de remuneração (iii)	76.660.909
Recebimentos (iv)	(182.431.581)
Imobilizado em curso (v)	1.666.248
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>477.337.162</b>
Circulante	75.463.457
Não circulante	401.873.705

(i) O valor de 2022, refere-se substancialmente ao investimento com o projeto de reforço na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kV conforme resolução autorizativa 9932/21. Valor do exercício de 2021 refere-se substancialmente ao encerramento do projeto de reforço new bay da subestação Paracatu 4. (ii) Valor refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (iii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz à receita de remuneração. (iv) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL. (v) Variação refere-se substancialmente na aquisição de veículos para as subestações da Serra da Mesa. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o

continua





# SERRA DA MESA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas pagas antecipadamente	111.315	87.433
Serviços prestados a terceiros - P&D (i)	4.631.911	3.726.904
Outros	89.882	18.993
<b>4.833.108</b>	<b>3.833.330</b>	

(i) Variação refere-se a gastos com pesquisa e desenvolvimento tais como projetos de licenciamento ambiental do sistema de transmissão, entre outros.

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	-	10.464
Reembolsos (i)	9.114.577	9.677.299
Antecipação de seguros	25.577	37.358
Ordem de desativação em curso (ii)	(112.737)	-
<b>9.027.417</b>	<b>9.725.121</b>	

(i) Valor refere-se a reembolso para as contingências cíveis, ambientais e tributárias apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda da aquisição da Companhia, onde a mesma comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos a quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato. (ii) Variação refere-se a recebimento devido sinistro de veículos que será baixado após trâmites de aprovações.

#### 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
IRPJ (i)	22.385.942	11.691.712
CSLL (i)	6.704.904	3.659.122
<b>29.090.846</b>	<b>15.350.834</b>	

	31/12/2022	31/12/2021
Outros impostos a pagar		
PIS (ii)	269.046	118.683
COFINS (ii)	1.263.510	553.908
INSS	684.491	681.783
Imposto de renda retido na fonte	75.207	70.443
ISS	160.975	171.380
FGTS	133.394	116.041
Outros	390.990	415.535
<b>2.977.613</b>	<b>2.127.773</b>	

(i) Variação refere-se a créditos retidos de clientes e de aplicações financeiras não utilizados para abate do IRPJ e CSLL no exercício de 2022. Os créditos serão utilizados somente em 2023. (ii) Variação refere-se a utilização de créditos de PIS e COFINS de insumos em 2021 maior que em 2022, pois em 2021 tínhamos créditos de exercícios anteriores.

#### 13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva global de reversão (RGR) (i)	708.444	619.046
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.667.351	1.668.877
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	6.748.124	5.358.580
Proinfa (iv)	-	511.445
<b>9.123.919</b>	<b>8.157.948</b>	

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 525.070 (quinhentos e vinte e cinco mil, setenta reais). (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 582.677 (quinhentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais). (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano. (iv) Proinfa: Em 17 de Outubro de 2022, através do despacho 2.989, estabeleceu-se um valor fixo das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, para o mês de dezembro de 2022, relativos às concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Variação refere-se a pagamento da taxa dentro da competência de 2022.

#### 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias (i)	2.192.629	1.776.220
Provisão de bônus (ii)	3.532.238	2.608.651
IRRF funcionários	399.576	348.291
Outros	389	212
<b>6.124.832</b>	<b>4.733.375</b>	

(i) Variação refere-se ao aumento de salários e das médias (hora extra) e promoções e méritos. (ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se à atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

#### 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos fiscais, ambientais e servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	-	14.532
Fiscais	6.311.815	6.311.815
Ambientais	2.754.732	416.678
Servidões	13.983	146.718
<b>9.080.530</b>	<b>6.889.743</b>	

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14.532</b>	<b>6.311.815</b>	<b>416.678</b>	<b>146.718</b>	<b>6.889.743</b>
Adições e reversões, líquidas (i)	(15.228)	-	2.338.054	(132.735)	2.190.091
Atualizações monetárias	696	-	-	-	696
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>6.311.815</b>	<b>2.754.732</b>	<b>13.983</b>	<b>9.080.530</b>

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
--	--------------	---------	-----------	-----------	-------

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	345.887	146.718	492.605
Adições e reversões, líquidas (ii)	14.253	6.311.815	70.791	-	6.396.859
Atualizações monetárias	279	-	-	-	279
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14.532</b>	<b>6.311.815</b>	<b>416.678</b>	<b>146.718</b>	<b>6.889.743</b>

(i) As reversões se deram em razão de movimentação em processos trabalhistas e de servidão. A redução nas causas trabalhistas se deve ao encerramento do processo 0011044-97.2021.5.18.0181. A adição na causa Ambiental ocorreu principalmente devido ao processo 0.2001.008344/2012-24 do IBAMA que em 2021 era classificado como possível e passou a ser provável no valor de R\$ 2.276.570 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e setenta reais). Neste caso aguarda-se julgamento. (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária. As provisões fiscais constituídas referem-se a execução Fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, com vistas à cobrança de multa formal, corporificada na da Certidão de Dívida Ativa nº 2016/072.629-3, e oriunda de um suposto descumprimento ao art. 54 da Lei estadual nº 2.657/1996. - Atraso apresentação da DECLAN ICMS referente ao processo nº 0137160-10.2014.4.02.5101. Em 2021 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial, por unanimidade, foi julgado improvido, em função disto a variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para provável. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	60.422	2.830.718
Fiscal (ii)	-	276.530
Ambiental (iii)	2.803.300	2.128.352
Cível (iv)	271.710	750.013
Servidões (v)	249.055	-
<b>3.384.487</b>	<b>5.985.613</b>	

(i) Processos trabalhistas: Referem-se a duas ações Trabalhistas movidas por empregado próprio da Companhia, envolvendo a discussão acerca de verbos contratuais legais. Os dois casos são relevantes e o valor de exposição lançado na tabela acima diz respeito a apenas um dos casos, que está pendente de julgamento. (ii) Processos Fiscais: A variação se deve a decisão que julgou extinta a execução fiscal 0295032-84.2016.8.19.0001 - Estado do Rio de Janeiro x SMTE, com o cancelamento da certidão de débito, a exposição de risco do caso foi a R\$ 0,00. A SMTE aguarda apenas o arquivamento definitivo do caso. (iii) Processos ambientais: Referem-se a ação judicial e/ou auto de infração de natureza ambiental recebida pela Companhia, nos quais se discute o descumprimento de condicionantes de licenças ambiental. A variação se deve ao processo administrativo 02553.000174.2021-84 - IBAMA x SMTE que ao findar de 2021 era considerado remoto e em 2022 após a realização da audiência de conciliação prévia passou a ser classificado como possível, tendo a exposição de R\$ 2.803.300 (dois milhões, oitocentos e três mil e trezentos reais). (iv) Processos cíveis: Referem-se por exemplo a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e questões fundiárias. Os temas aqui referidos são tratados principalmente nos autos dos seguintes processos: 0007533-49.2008.4.01.3400, do Distrito Federal, e 0154701-57.2013.8.19.0001, do Rio de Janeiro. A variação se deve a mudança de exposição do processo 0007533-49.2008.4.01.3400 ANEEL que se encontra em fase recursal e teve o seu risco possível reduzido para R\$ 21.697 (vinte e um mil, seiscentos e noventa e sete reais). Compõe o valor de exposição também, o processo 0154701-57.2013.8.19.0001 com uma exposição de R\$ 250.013 (duzentos e cinquenta mil e treze reais). (v) Servidões: Referem-se a duas ações judiciais nas quais se discute a constituição de servidão para instalação de torres de suporte à linhas de transmissão de energia elétrica. A variação se deve à alteração de prognóstico dos processos 0287097-91.2007.8.09.0128 alterado de remoto para possível com uma exposição de R\$ 242.238 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais); e o processo 0287093-54.2007.8.09.0128 com uma alteração de remoto para possível com uma exposição de R\$ 6.816 (seis mil, oitocentos e dezesseis reais).

#### 16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	76.012.179	89.961.647
IR diferido	55.891.309	66.148.270
CSLL diferida	20.120.870	23.813.377
PIS e COFINS diferidos	43.995.828	48.751.085
PIS diferido	7.847.906	8.696.139
COFINS diferido	36.147.922	40.054.946
<b>120.008.007</b>	<b>138.712.732</b>	

#### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 274.500.000 (duzentos e setenta e quatro milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 520.358.824 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais), um aumento, portanto, de R\$ 245.858.824 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais), dos quais R\$ 245.858.824 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais) serão destinados para a conta de capital social e R\$ 0,00 (sete centavos) para conta de reserva de capital, na forma do art. 182, §1º, alínea "a" da Lei das S.A., mediante a emissão de 245.858.824 (duzentas e quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e vinte e quatro reais) novas ações ordinárias, nominativas com valor nominal, de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
<b>100,00%</b>	

**b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 40.802.251 (quarenta milhões, oitocentos e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. No exercício de 2022, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	55.005.191	57.818.921
Absorção do prejuízo	(13.418.097)	(57.818.921)
Base para reserva legal	41.587.094	-
Reserva legal (5%)	(2.079.355)	-
Base de cálculo para os dividendos	39.507.739	-
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>395.077</b>	<b>-</b>

#### 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	153.630.077	150.584.093
Receita de operação e manutenção (i)	30.369.234	28.924.156
Remuneração do ativo de contrato (ii)	76.660.909	86.064.625
Receita de construção (iii)	23.993.247	1.851.763
Outras receitas (iv)	22.606.687	33.743.549
Deduções da receita operacional	(48.357.960)	(46.989.541)
PIS e COFINS correntes	(19.001.571)	(18.996.546)
PIS e COFINS diferidos	4.755.258	5.084.962
RGR	(5.764.446)	(5.104.412)
P&D	(1.519.250)	(1.534.822)
CDE	(21.117.377)	(20.573.680)
TFSEE	(591.832)	(583.985)
Proinfa	(5.118.742)	(5.281.058)
<b>105.272.117</b>	<b>103.594.552</b>	

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido à redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração. (iii) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kv conforme resolução autorizativa 9932/21. (iv) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas com um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IPCA apresentou uma tendência

de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou a patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

#### 19. CUSTO DA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(11.131.724)	(10.420.605)
Material	(1.751.554)	(1.080.146)
Serviços de terceiros	(1.952.133)	(1.950.653)
Arrendamentos e alugueis	(278.960)	(115.179)
Seguros	(435.974)	(292.564)
Tributos	(34.222)	(37.613)
Custo Construção (i)	(18.624.835)	(1.398.539)
Custo de operação e manutenção	(3.765.156)	(3.746.972)
Gastos diversos	(1.676.352)	(1.088.489)
<b>(39.650.910)</b>	<b>(20.130.760)</b>	

(i) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kv conforme resolução autorizativa 9932/21.

#### 20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(4.975.819)	(5.769.517)
Administradores	(305.388)	(446.512)
Serviços de terceiros	(807.025)	(924.369)
Provisão/reversão (i)	(918.842)	3.459.324
Gastos com locomoção	(900.596)	(1.205.712)
Indenizações (ii)	(2.509.536)	-
Outras	(804.509)	(78.961)
<b>(11.221.715)</b>	<b>(4.965.747)</b>	

(i) Variação refere-se substancialmente à baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados, ocorrida no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN. (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, a vendedora se comprometeu a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos a quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas à Companhia, nos termos e condições previstos no Contrato. Em 2022, foi realizado um acordo, e alguns destes valores pagos pela Companhia foram negociados para recebimento a menor, gerando assim, a despesa para a companhia.

#### 21. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da prestação de serviços (i)	13.045.678	11.348.115
Outras receitas	-	97.000
Tributos sobre a receita	(1.661.749)	(1.618.953)
Pessoal	(2.189.079)	(2.027.061)
Arrendamentos e alugueis	(178.673)	(131.224)
Depreciação	(528.971)	(586.555)
Serviços de terceiros	(915.385)	(941.149)
Gastos com serviços de O&M (ii)	(1.280.526)	(920.536)
Outras despesas	(259.909)	(173.367)
<b>6.031.386</b>	<b>5.046.270</b>	

(i) Var



# SERRA DA MESA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendadora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendadora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendadora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época. (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023. **24.4 Remuneração da administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	567.129	702.339
Benefícios diretos e indiretos	99.558	148.182
Encargos	337.605	393.083
Provisões (13 salário, férias e bônus)	458.846	485.484
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>1.463.138</b>	<b>1.729.088</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	218.751.168	107.760.378

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	24	4.253.843	3.151.407
Concessionárias e permissionárias	6	19.509.936	21.141.336

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros		4.669.248	1.968.695
Fornecedores - partes relacionadas	24	1.083.321	1.251.326

**Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Feito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	218.751.168	107.760.378
Contas a receber partes relacionadas	4.253.843	3.151.407
Concessionária e Permissionárias	19.509.936	21.141.336

**c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz

As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor
SMTE020215332	PROLEC GE
SMTE020226217	Cobra
SMTE-PM-2022-6917	Baltea
SMTE-PM-2022-6921	Brafer
SMTE-PM-2022-6920	Siemens
SMTE-PM-2022-6919	IOSI
SMTEPM202140612	E-Guana
EXP-SMTE-2019-008	Nari
SMTE-PM-2021-4432	SGSE - State Grid Serviços de Engenharia S.A.
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas

**Cronograma de vencimento**  
2023

a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

#### 26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

#### 27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	241.901.557	241.901.557
Veículos	Carros	3.489.605	1.781.255
		<b>265.391.162</b>	<b>263.682.812</b>

#### 28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 9.594.935 (nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e novecentos e trinta e cinco reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

Descrição	Data	Total
Fornecimento de reator	06/01/2022	2.302.578
Contrato EPC - Banco de Reator	24/02/2022	3.877.355
IPARO - Fornecimento de TC	18/07/2022	264.455
IPARO - Structures	26/07/2022	82.447
IPARO - CB/Disconnectores/Spare	29/07/2022	1.585.126
IPARO - SPCS	22/08/2022	699.066
Siget	22/09/2021	11.820
Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	153.735
Contrato EPC	27/09/2021	77.643
Inspeção	28/08/2021	249.647
Inspeção	28/08/2021	291.063
		<b>9.594.935</b>
		<b>Em R\$</b>
		<b>9.594.935</b>
		<b>9.594.935</b>

#### DIRETORIA

Ramon Sade Haddad  
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer  
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador - CRC RJ-086312/O-6

